

HISTÓRIA

viva

www.historiaviva.com.br

tt

EDIÇÃO ESPECIAL TEMÁTICA Nº 2
Duetto BRASIL R\$ 11,90 - PORTUGAL € 4,50

Temas

Brasileiros

Um **HOMEM** de sensibilidade



Dom Eugenio Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro, em missa na favela da Rocinha, Rio de Janeiro, no Dia do Trabalho de 2001. Durante a ditadura, libertou milhares de presos políticos, mas comparecia às paradas militares quando convidado

Considerado o bispo mais perigoso do Brasil no início da ditadura militar, mas visto com desconfiança pela esquerda da Igreja, Dom Eugenio salvou a vida de milhares de perseguidos, graças a sua capacidade de dialogar com generais e coronéis

POR JOSÉ MARIA MAYRINK, ESPECIAL PARA HISTÓRIA VIVA

Um dos cardeais mais influentes da Igreja, figura-chave nas relações com o governo durante o regime militar, Dom Eugenio de Araújo Sales – quem diria? – se diz um homem desajustado. Diz isso rindo, recordando um passado de 60 anos atrás com divertido bom humor, mas com um fundo de verdade: “Minha intenção era ser vigário do interior, me preparei para isso estudando catequese, aprendendo cânticos de catequese, mas nunca fui vigário do interior”. O esforço valeu, pois as suas primeiras obras de padre foram todas voltadas para o meio rural.

Filho de um desembargador e natural de Acari, no Rio Grande do Norte, onde nasceu em 8 de novembro de 1920, ordenou-se sacerdote em novembro de 1943, em Natal, e aí trabalhou durante dez anos, após rápida passagem por uma paróquia como cooperador. “Padre novo em contato com a realidade, preocupei-me com o que ocorria em toda aquela área. Via o homem que sofria e o homem que se afastava de Deus, o que me levou a pensar, ao mesmo tempo, no trabalho de salvação e de reestruturação da sociedade”, disse Dom Eugenio, rememorando o tirocínio no apostolado. “O amor de Deus me faz ter pena das pessoas e buscar os meios para resolver seus problemas.”

Aí estão as raízes do ideal e da coerência desse nordestino que buscou inspiração e força no sofrimento de seus conterrâneos – aprendizado e experiência pioneira que haviam de inspirar o cearense Dom Hélder Câmara na organização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Antes de ser nomeado bispo em junho de 1954, aos 33 anos de idade, Dom Eugenio foi diretor espiritual no seminário e capelão de um presídio. Foi também professor numa escola de serviço social da diocese, onde discutia a

situação do povo com um grupo de seis ou sete padres, “sempre com a preocupação de não separar o espiritual do temporal”. Questionava-se sobre o sentido de seu trabalho.

“Será que a Igreja quer isso?”, perguntava nas reuniões, quando começaram a surgir idéias que poderiam parecer exageradas, malucas. “Depois do Concílio [Vaticano II], tudo ficou tranqüilo, mas naquela época nós nos questionávamos para saber se aquilo estava em consonância com Roma, se era aquilo que Deus queria.”

Dom Hélder era o magro, Dom Eugenio, o patriarca

Havia, de fato, iniciativas ousadas, como o projeto-piloto de reforma agrária de Barra de Punaú, em Vales Úmidos. Dom Eugenio conseguiu um terreno com o governador e recursos do Misereor, programa dos católicos alemães, para a construção de 50 casas. “Tudo direitinho, com ajuda de agrônomos, metade das casas para brasileiros e a outra metade para japoneses.” Em pouco tempo, os assentados do bispo estavam fornecendo fruta e verdura para o mercado hortigranjeiro de Natal.

O leque se abriu. Convencido de que as coisas deviam ser feitas com planejamento, viajou ao Peru para conhecer uma criação de cabras numa região seca e foi à Colômbia para ver como funcionava uma rede de escolas radiofônicas. Nos Estados Unidos, entusiasmou-se com a possibilidade de comprar carros usados que seriam utilizados em projetos de evangelização no Brasil. “Escrevi para Dom Hélder, falando dos planos de motorização do clero.” Muitas coisas “imaginárias”, como reconheceria depois, mas estava nascendo aí o Movimento de Educação de Base (MEB), sua marca pioneira. Uma emissora da arquidiocese transmitia as aulas para as paróquias, onde professoras reuniam os

ANA CAICOLINA FERREZ/FOUJA IMAGES

alunos em torno de mesas e tamboretos. Os rádios eram de bateria, pois não havia eletricidade, mas luz de candeeiro. Dom Eugenio abriu também meia dúzia de maternidades, que fizeram mais de mil partos. Tudo com a colaboração de leigos, profissionais que o bispo sabia mobilizar.

Na mesma época em que Francisco Julião agitava o Nordeste com suas Ligas Camponesas, Dom Eugenio criou a primeira federação de sindicatos rurais na região. Os fazendeiros e latifundiários chamaram o bispo de comunista e subversivo. No dia 30 de março de 1964, véspera do golpe militar, foram os sindicatos rurais, mais de 30, que se voltaram contra ele. Fizeram uma passeata para exigir o título de posse das terras do projeto de Punaú. “No dia seguinte, eu estava protegendo



As prisões e as denúncias de tortura se multiplicavam. Como Dom Agnelo Rossi em São Paulo, Dom Eugenio recusou uma medalha do regime militar

o presidente de um sindicato, que estava sendo perseguido como comunista. Ele foi para minha casa, depois viajou comigo para Brasília, ninguém tocou nele”, lembra Dom Eugenio. Em 1964, Dom Hélder Câmara foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife, onde continuou se entendendo muito bem com o vizinho de Natal.

“Eu o chamava de Magro, ele me chamava de Patriarca”, assim se tratavam esses dois amigos de posições ideológicas aparentemente tão diferentes, mas que lutavam pelo mesmo objetivo, a evangelização. Dom Eugenio não era de fazer alarde, agia com discrição. “Eu nunca fiz comício, porque o que eu tinha de dizer a uma pessoa, a começar pelo presidente da República, eu dizia. Nunca tive dificuldades nessas coisas. Eu tenho unha encravada. Se você tem unha encravada, que dói muito, e alguém pisa em sua unha, não vai arranjar nada. Muita gente foi presa e, se pediam minha ajuda, eu ia tratar do assunto com quem de direito. As pessoas viam que eu não era político, mas pastor.” Dom Eugenio aproveitou

seu prestígio junto a coronéis e generais para defender os perseguidos.

Fama de duro e centralizador, era atencioso e solidário

Transferido para Salvador em 1968, o ano do Ato Institucional nº 5, o arcebispo proibiu a celebração de uma missa em ação de graças pela Revolução. Já havia feito a mesma coisa em Natal. Era o governo do presidente Costa e Silva e o início das ações da luta armada. As prisões se multiplicavam, as denúncias de torturas aumentavam. A exemplo do cardeal Agnelo Rossi em São Paulo, Dom Eugenio se recusou a receber uma medalha do regime militar. Era um gesto de protesto, havia notícias de que um padre tinha sido preso. Esses choques não impediram, porém, que a Igreja tentasse o diálogo. Aliás, a tentativa de aproximação começou bem antes, ainda com Castelo Branco.

“Quando os jornais publicaram que Castelo Branco ia assumir o governo, eu recebi um telegrama de Dom Hélder comunicando que nós dois fâmos ter



No alto da página, o presidente Ernesto Geisel e o general Sylvio Frota (dir.), ministro do Exército, durante desfile militar no Dia do Soldado, em 1977. Quando o engenheiro Raul Amaro Nin Ferreira (acima) morreu em virtude de tortura sofrida no Doi-Codi do Rio de Janeiro, em 1971, Dom Eugenio ligou para o general Frota, então comandante do I Exército, repudiando a morte. Com a intervenção do cardeal, o corpo de Raul foi entregue à família

uma conversa privada com ele. Foi uma conversa muito boa. Tenho a impressão de que, se tivesse havido maior compreensão dos militares e também de algumas pessoas nossas no período de exceção, o regime não teria ficado tanto tempo no país.” O presidente era amigo de Dom Hélder, gostava muito dele, e temia Dom Eugenio. “Castelo Branco dizia que Dom Eugenio era o bispo mais perigoso do Brasil”, lembraria Dom Waldir Calheiros, ex-bispo de Volta Redonda (RJ), onde foi tachado de comunista e preso.

Nomeado cardeal em 1969, Dom Eugenio foi mandado para o Rio de Janeiro em 1971. Não era o seu desejo, mas o papa ordenou e ele obedeceu. “Eu sei que o senhor quer muito bem à Bahia, mas preciso do senhor no Rio”, disse Paulo VI. Assumiu o novo posto com problemas. Padres da arquidiocese fizeram um abaixo-assinado contra ele. Perguntado o que faria com eles depois de tomar posse, o cardeal

respondeu: “Essa é uma página virada, nem sei os nomes de muitos deles”.

Eram mais de 60 os signatários, muitos deles estrangeiros. Quase todos ficaram seus amigos depois. Apesar da fama de homem duro e centralizador, Dom Eugenio era atencioso e solidário. Quando o bispo de Nova Iguaçu (RJ), Dom Adriano Hipólito foi seqüestrado por agentes da repressão em 1977, o cardeal soube que Dom Waldir seria o próximo e lhe telefonou, preocupado com sua segurança.

Socorro de três dezenas de militantes montoneros e tupamaros

Dom Eugenio foi uma das figuras centrais da Comissão Bipartite, criada em sigilo em 1970 para buscar um entendimento entre militares e bispos na discussão de questões como prisões, torturas, perseguições e assassinatos durante o período mais duro do regime, no governo do general Emílio Médici. Pela Igreja,

participaram também o futuro cardeal Aloísio Lorscheider, seu primo Dom Ivo Lorscheiter e, entre outros bispos, mais três cardeais – Dom Avelar Brandão Vilela, de Salvador; Dom Vicente Scherer, de Porto Alegre, e Dom Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, além de Dom Lucas Moreira Neves, então bispo auxiliar de São Paulo, mais tarde cardeal de Salvador. Da parte do governo, o líder foi o general Antônio Carlos da Silva Muricy, um dos comandantes de tropas no golpe de 1964. Mais de uma reunião foi feita no Sumaré, residência de Dom Eugenio, na zona norte do Rio.

Enquanto o cardeal Arns se projetava internacionalmente como defensor dos direitos humanos em São Paulo, sobretudo depois do assassinato do estudante Alexandre Vannucchi Leme, seu colega de cardinalato agia em surdina no Rio. Acolheu jurados de morte em sua casa e alugou 62 apartamentos, em nome da arquidiocese, para esconder refugiados

Derley Catarina de Luca, ex-presa política, acende velas em frente ao Congresso no início da vigília pelos desaparecidos, em 29 de agosto de 1995



JUCA VARELA/FOLHA IMAGEM



Acima, manifestação das Mães da Praça de Maio, em Buenos Aires, ca. 1990. Entre os refugiados políticos socorridos por Dom Eugenio, alguns eram da Argentina, do Movimento Peronista Montonero; ao lado, Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, em maio de 1976. Sequestrado em setembro, Dom Hypólito foi abandonado em Jacarepaguá, nu, amarrado e pintado de vermelho



LUZ PINTO/AGÊNCIA O GLOBO

políticos – entre os quais argentinos, chilenos e uruguaios ligados aos movimentos guerrilheiros *montoneros* e *tupamaros*.

Quando o primeiro estrangeiro bateu à sua porta, Dom Eugenio mandou um assessor abrigá-lo por uma noite, enquanto pensaria o que fazer. Rezou e chegou a uma conclusão: “Pela lei dos homens, eu não posso receber refugiados em minha casa, mas pela lei de Deus eu devo. A fé serve a todo mundo”. Isso ocorreu em 1976, quando o Palácio São Joaquim, sede da cúria, ficou lotado de hóspedes. Dom Eugenio salvou a vida de mais de 5 mil refugiados.

Três anos depois, em 1979, o cardeal interveio num incidente criado pela invasão do consulado da Suécia, onde uns 30 militantes *montoneros* e *tupamaros* buscaram refúgio. Diante da ameaça do governo de resolver a questão pela força, os diplomatas suecos pediram a mediação de Dom Eugenio. “Nós só conversamos se o senhor trouxer Dom Hélder e Dom Paulo Evaristo”, disseram os líderes dos refugiados, iniciando uma negociação difícil que só seria resolvida com o argumento de que a condição podia ser atendida, mas a situação exigia uma solução urgente.

Os refugiados acabaram concordando. Dom Eugenio montou uma operação de guerra para salvar a vida dos guerrilheiros e a de suas famílias. Organizou um comboio, mais de 20 carros, do consulado para o Sumaré e, mais tarde, de lá para o aeroporto do Galeão. Nesse segundo percurso foram pelo menos quatro viagens, e o cardeal acompanhou duas. Com receio de que agentes argentinos que atuavam no Brasil tentassem impedir a fuga, Dom Eugenio colocou jornalistas no comboio e pediu a proteção de policiais brasileiros.

“Até então eu não sabia disso”, surpreendeu-se o cardeal Arns, campeão da defesa dos direitos humanos, que só tomou conhecimento da história quando Dom Eugenio falou do episódio numa entrevista, em maio de 2000. Ele agia em silêncio, trabalhando nos bastidores, mas com o cuidado de avisar a militares de sua confiança que protegia pessoas consideradas subversivas. Assumir a responsabilidade era uma maneira de garantir a segurança delas. Também com equilíbrio e firmeza, ele sempre reclamou, para presos comuns vítimas de tortura, a mesma atenção dada aos presos políticos e, quanto aos benefícios

da anistia, defende que deveriam se estender também aos militares vítimas da violência da luta armada. Quase 30 anos depois, Dom Eugenio acha que agiu certo: “Penso que cumpri uma obrigação, da melhor maneira que podia. Foi pouco o que se fez, era para ter sido feito muito mais”.

Nos campos doutrinário e pastoral, o ex-arcebispo de Natal, de Salvador e do Rio de Janeiro foi um modelo de ortodoxia e de fidelidade ao papa – não importando quem fosse, de Pio XII a Bento XVI, mas principalmente João Paulo II. Sempre teve grande prestígio no Vaticano, mas daí a dizer que era um cardeal poderoso, observa ele, é exagero. Dom Eugenio atribui essa fama a pequenos gestos de gentileza. Tendo observado que João Paulo II havia gostado de mamão papaia, quando foi seu hóspede no Brasil em 1980 e em 1997, o cardeal levava a fruta para ele, sempre que ia a Roma. Levava também um quilo de café para um cardeal que usava cadeira de rodas.

Dom Eugenio nunca foi entusiasta incondicional da Teologia da Libertação, mas nega que tenha partido dele o processo de cassação do teólogo Leonardo



Dom Eugênio Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro, celebra missa solene em memória do papa João Paulo II, em 12 de abril de 2005, no Vaticano

ANTICOU LINDO/GAMA

Precisamos assumir as reivindicações de justiça, pois o povo está sendo oprimido, e muitos bispos não enxergam o caos que poderá ocorrer

Boff. “Há uma Teologia da Libertação boa, que visa aprofundar a libertação do homem, mas outra coisa é a de índole marxista.” A opção preferencial pelos pobres, disse o cardeal, se explica pela fé, não por motivo ideológico. Acompanhou, sim, a discussão em torno do livro *Igreja, Carisma e Poder*, submetido à Comissão de Doutrina da Fé de sua arquidiocese. Quem tratou do assunto foi o bispo auxiliar Karl Josef Romer, que deu a Leonardo Boff a oportunidade de defesa. Joseph Ratzinger, então prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, recebeu o teólogo brasileiro no Vaticano e conversou sobre ele com os cardeais Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Aloísio Lorscheider, seus defensores.

“Seguindo a prática que lhe é própria, a Congregação examinou os esclarecimentos orais e escritos de Leonardo Boff e, embora tomando nota das boas intenções e das repetidas declarações de fidelidade à Igreja e ao Magistério por

ele expressas, sentiu-se no dever de salientar que as reservas levantadas acerca do conteúdo do livro não poderiam, na sua substância, considerar-se superadas”. Com a aprovação do papa, Ratzinger anunciou assim a sua decisão: “Ao tomar conhecimento do que ficou acima exposto, a Congregação sente-se na obrigação de declarar, outrossim, que as opções aqui assinaladas por frei Leonardo Boff são de tal natureza que põem em perigo a doutrina da fé, que essa mesma Congregação tem o dever de promover e tutelar”.

Dom Eugenio gravou essas explicações conferindo documentos e anotações para confirmar sua versão. “A notícia que correu o mundo é outra, é que ele [Boff] foi silenciado. A verdade é que a Teologia da Libertação pode ser seguida por um católico, se não for a de cor marxista, mas se for a de cor cristã, a palavra de Jesus Cristo. Eu nunca trato deste assunto, creio que esta é a primeira vez, mas é oportuno, porque não seria certo me calar.” Dom Eugenio

não costuma falar em opção pelos pobres, mas na prática segue a orientação das conferências dos bispos latino-americanos de Medellín (1968) e Puebla (1979).

“Foi ele quem puxou o movimento social da Igreja”, afirmou Dom Waldir Calheiros, referindo-se ao trabalho pioneiro do cardeal como bispo de Natal. O beneditino Dom Cândido Padin, companheiro de Dom Eugenio no Conselho Episcopal Latino-Americano (Celem), lembra a advertência que ele fez aos participantes da reunião de Medellín: “Nós precisamos assumir as reivindicações de justiça na América Latina, pois o povo está sendo oprimido e muitos bispos não estão enxergando o caos que poderá ocorrer”.

Parece um texto de Dom Hélder, que era o responsável pelo tema Paz na assembléia, enquanto Dom Eugenio cuidava da Justiça. ■

JOSÉ MARIA MAYRINK é repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*